

— TONE — at the — TOP[®] —



Trazendo à alta administração, conselhos de administração e comitês de auditoria informações concisas sobre tópicos relacionados a governança.

Edição 121 | Fevereiro de 2024

O que Novas Normas de Auditoria Interna Significam para o Conselho

Um conjunto atualizado de normas de auditoria interna publicado em janeiro pelo The Institute of Internal Auditors (IIA) inclui novas orientações destinadas a esclarecer e fortalecer o relacionamento com os conselhos e melhorar a capacidade de

seus membros de cumprir com suas responsabilidades. Esta edição apresenta as Normas Globais de Auditoria Interna™, explica por que uma atualização foi necessária e examina sua importância para os membros do conselho.



Uma Atualização para Atender Novos Desafios

Uma auditoria interna eficaz pode fornecer às organizações e conselhos de administração uma ampla gama de informações valiosas, e avaliações e conselhos independentes e objetivos. Oferece análises, estimativas, conselhos e informações à gestão e ao conselho sobre as atividades que examina. Também pode promover e apoiar o estabelecimento e implementação de controles internos eficazes, oferecer insights sobre riscos e oportunidades, e monitorar a cultura e a ética organizacional.

Desde 1978, os profissionais de auditoria interna seguem as [Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna](#) do IIA, para manter o mais alto nível de qualidade e ética. O [International Professional Practices Framework](#) (IPPF) foi criado em 2010, acrescentando a definição de auditoria interna e Código de Ética, bem como orientações obrigatórias e recomendadas. A Missão de Auditoria Interna e os Princípios Fundamentais foram adicionados em uma atualização de 2017. Esta orientação, o único conjunto de normas de auditoria interna reconhecido globalmente, ajuda os auditores internos a lidar com considerações complexas de gerenciamento de riscos, governança e controle.

Embora os fundamentos da auditoria interna permaneçam os mesmos, a complexidade dos riscos que as organizações enfrentam e a velocidade com que novos desafios surgem tornam necessária a atualização das orientações de auditoria

interna existentes. Com isso em mente, as novas Normas alteram drasticamente alguns aspectos das Normas e do *Framework*. Entre outras coisas, dão orientações específicas sobre como o conselho pode permitir que o chefe executivo de auditoria (CAE) e a função geral de auditoria interna tenham sucesso. As Normas incluem um Propósito de Auditoria Interna que reflete a evolução da profissão, seu papel na boa governança e seu valor para os stakeholders. A familiaridade com o propósito e com as Normas em geral pode ajudar os conselhos a compreender as contribuições da auditoria interna, sua linha de reporte e o papel que os membros do conselho desempenham no apoio ao trabalho da auditoria interna.

As novas Normas, que entrarão formalmente em vigor para os profissionais em janeiro de 2025, estão estruturadas em cinco domínios que, juntos, incorporam 15 princípios e 53 normas. Esta edição terá como foco o Domínio III das Normas, Governando a Função de Auditoria Interna, que oferece esclarecimentos importantes sobre o relacionamento do conselho com a auditoria interna. “Ele identifica as condições essenciais das quais o conselho ou a alta administração precisam estabelecer para permitir que a auditoria interna atinja seu propósito”, disse Paul Sobel, CIA, QIAL, CRMA, consultor sênior do *International Internal Audit Standards Board* sobre a evolução do IPPF.

Entendendo o Domínio III



Este domínio enfatiza a parceria crítica entre o conselho e o CAE. É diferente de outras seções das Normas, porque oferece orientação sobre o apoio e a orientação de que o CAE precisará do conselho e da alta administração para ter sucesso. Baseia-se na premissa de que, se os conselhos buscam uma função de auditoria interna eficaz que permita o sucesso organizacional, os membros do conselho devem assumir certas responsabilidades que são abrangidas neste domínio. O domínio também estabelece como o CAE deveria permitir que o conselho atenda a essas expectativas.

Para torná-lo mais relevante e útil para uma ampla gama de organizações, independentemente do seu tamanho ou estrutura, o domínio também amplia a definição de Conselho. As Normas são agora mais fáceis de aplicar a estruturas de dois níveis, organizações do setor público e pequenas organizações de capital fechado, todas situações em que a governança pode parecer diferente da forma como acontece em uma grande empresa pública. Os conselhos devem compreender esta definição e considerar como a sua estrutura de governança específica se enquadra nela.

Ao longo das Normas, cada norma individual inclui considerações para implementação e exemplos de evidências de conformidade. O Domínio III cobre três dos 15 princípios fundamentais e nove das 53 normas.

Princípio 6: Autorizada pelo Conselho. Este princípio afirma que o conselho estabelece, aprova e apoia a autoridade, o papel e as responsabilidades da função de auditoria interna. Enfatiza a importância do apoio do conselho à função de auditoria interna e introduz e esclarece o conceito do mandato de auditoria interna. Este mandato sob a supervisão do conselho não é novo, mas a norma acrescenta uma nova perspectiva sobre

o papel, as responsabilidades e as autoridades da auditoria interna. Estas considerações podem já estar incluídas no estatuto de auditoria interna da organização, mas deve haver uma discussão para garantir que haja uma visão unificada, compartilhada pelo conselho e pelo CAE, sobre o mandato pretendido dentro da organização.

Princípio 7: A independência sempre foi uma marca registrada da profissão de auditoria interna. A auditoria interna deve ser capaz de realizar o seu trabalho sem interferências e deve ter recursos suficientes para cumprir seu mandato. Este princípio concentra-se na importância de manter essa independência, em parte exigindo que a auditoria interna reporte diretamente ao conselho, e estipula outras formas de salvaguardar a independência. Também aborda o papel, as responsabilidades e as qualificações do CAE.

Princípio 8: Supervisionada pelo Conselho. Os Princípios 6 e 7 abordam áreas que podem ser revistas em um determinado momento, uma ou duas vezes por ano. O Princípio 8, no entanto, exige comunicação colaborativa e interativa contínua entre o conselho e o CAE. Oferece aos membros do conselho maior clareza sobre as interações e comunicações necessárias. E embora os programas de avaliação e melhoria da qualidade da auditoria interna sejam discutidos mais detalhadamente em outros lugares, este princípio aborda o importante papel que o conselho desempenha em garantir que a função de auditoria interna e o CAE em especial estejam focados em uma função de auditoria interna de qualidade, incluindo a revisão direta, por parte do conselho, de avaliações externas periódicas de qualidade. “Acreditamos que a qualidade vai além da simples conformidade com as Normas, mas também inclui o desempenho em relação aos objetivos acordados com o conselho”, disse Sobel.

Sobre o The IIA

O Institute of Internal Auditors (IIA) é uma associação profissional internacional sem fins lucrativos, que atende a mais de 230.000 membros e concedeu mais de 185.000 certificações *Certified Internal Auditor* (CIA) no mundo todo. Criado em 1941, The IIA é reconhecido em todo o mundo como o líder da profissão de auditoria interna em normas, certificações, educação, pesquisa e orientação técnica. Para mais informações, visite theiia.org.

The IIA

1035 Greenwood Blvd.
Suíte 401
Lake Mary, FL 32746 EUA

Assinaturas Gratuitas

Visite theiia.org/Tone para se cadastrar para uma assinatura gratuita.

Feedback do Leitor

Envie perguntas/comentários para Tone@theiia.org.

Qual Impacto as Normas Terão?

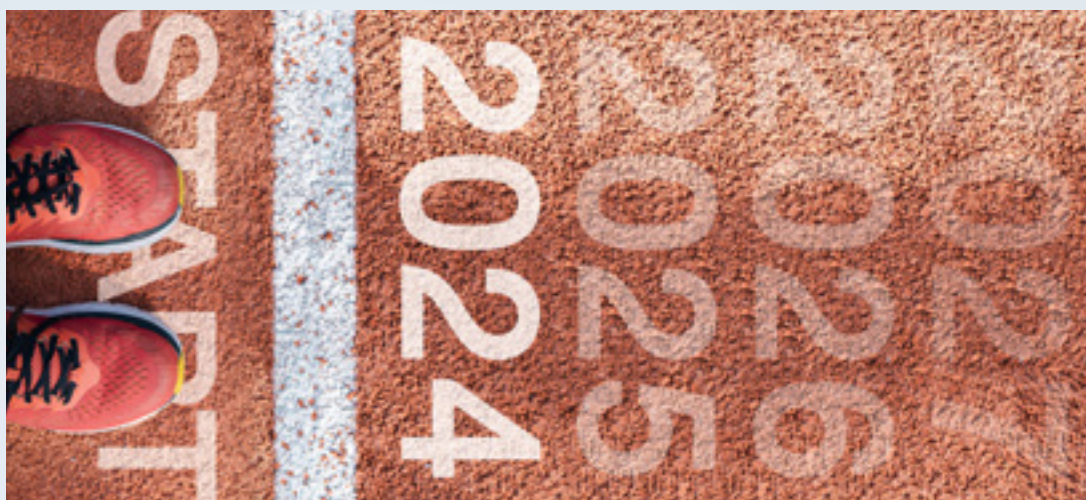
Embora as Normas alterem os requisitos existentes, os conselhos geralmente não são obrigados a fazer algo que já não seja considerado uma boa prática. “As informações incorporadas nas Normas são agora declaradas de forma mais explícita para esclarecer a necessidade de ações que o conselho provavelmente já estava tomando e como o CAE pode apoiar o trabalho dos membros do conselho”, disse Sobel.

Com isso em mente, realisticamente, o nível de mudança que os conselhos devem esperar das novas Normas vai variar. As organizações nas quais o CAE já tem uma relação de trabalho sólida com o conselho devem esperar pouca diferença, embora possam formalizar ou documentar alguns procedimentos, disse Sobel. Em organizações menos maduras ou com funções de auditoria interna recém-formadas ou com um CAE mais recente, as Normas fornecerão um roteiro sobre como as interações recomendadas entre a auditoria interna e o conselho devem ocorrer. “O objetivo das Normas é elevar o patamar da profissão”, disse Sobel, melhorando a qualidade e fornecendo orientação sobre como a auditoria interna pode melhor atender às necessidades do conselho.

A Meta é a Boa Governança

Em última análise, o conselho existe para ajudar a organização a ter mais sucesso, alcançando seus objetivos e cumprindo sua missão, observou Sobel. Como o conselho desempenha principalmente uma função de supervisão e direção, ele precisa da perspectiva interna e objetiva que a auditoria interna pode oferecer sobre os riscos e oportunidades da organização. “Tudo se resume a compreender o papel da auditoria interna na boa governança e como a auditoria interna pode ajudar o conselho a ser mais eficaz no seu papel de supervisão”, disse ele.

Um Resumo das Novas Normas de Auditoria Interna



- **Domínio I:** Propósito da Auditoria Interna oferece uma descrição unificada da profissão.
- **Domínio II:** Ética e Profissionalismo incorpora o Código de Ética da profissão e normas de conduta profissional, incluindo normas sobre o zelo profissional devido.
- **Domínio III:** Governando a Função de Auditoria Interna esclarece o papel e as responsabilidades do conselho no apoio a uma função de auditoria interna eficaz e aborda como o CAE pode apoiar o conselho no desempenho das suas responsabilidades.
- **Domínio IV:** Gerenciando a Função de Auditoria Interna esclarece o papel e as responsabilidades do CAE para gerenciar uma função de auditoria interna com eficácia.
- **Domínio V:** Executando Serviços de Auditoria Interna codifica requisitos e considerações para ajudar os auditores internos a executar trabalhos de auditoria interna com consistência e qualidade.

PERGUNTAS PARA OS MEMBROS DO CONSELHO

O conselho estabeleceu um mandato claro para a auditoria interna?

Que medidas o conselho toma para apoiar a auditoria interna e garantir que ela possa funcionar de forma eficaz?

Como o conselho apoia a independência da auditoria interna?

A parceria entre o conselho e o CAE permite que os membros do conselho cumpram melhor com suas responsabilidades?

O conselho colabora regularmente com o CAE?

Maximizando o Valor da Auditoria Interna

Os conselhos deveriam estar cientes dos diversos tipos de insights e informações que a auditoria interna pode fornecer ao comitê de auditoria, seu ponto habitual de contato com o conselho. Uma pesquisa mostra algumas das principais formas

pelas quais os membros do conselho acreditam que a função de auditoria interna pode aumentar o seu valor para o comitê de auditoria.

